

A POLITICOLOGIA ILUMINISTA E A PARAPOLITICOLOGIA CONSCIENCIOLÓGICA

LA POLITICOLOGIE ILLUMINISTE ET LA PARAPOLITICOLOGIE CONSCIENCIOLOGIQUE
LA POLITICOLÓGÍA ILUMINISTA Y LA PARAPOLITICOLÓGÍA CONSCIENCIOLÓGICA
ENLIGHTENMENT POLITICOLOGY AND CONSCIENTILOGICAL PARA-POLITICOLOGY

Luciano Melo

*Nós temos em nosso poder recomeçar o mundo outra vez.
We have it in our power to begin the world over again.*
Thomas Paine (1737–1809)

RESUMO

Utilizando o método comparativo e a historiografia do Iluminismo radical e moderado quanto à fundação do Estados Unidos e a implementação da democracia moderna no mundo, este artigo defende a tese de que, assim como as revoluções americana e francesa representaram a transição de regime monárquico para democrático, a revolução da Parailuminismologia indica a transição na *Comunidade Conscienciológica Cosmoética Internacional* (CCCI) da democracia para a conscienciocracia. Porém, também traz evidências de os intermissivistas ainda apresentarem traços holobiográficos nosográficos da época do Iluminismo – especialmente a moderação comprometedora – que podem prejudicar na implantação deste regime parapolítico mais avançado.

RÉSUMÉ

En utilisant la méthode comparative et l'historiographie de l'Illuminisme radical et modéré quant à la fondation des États Unis et l'implantation de la démocratie moderne dans le monde, cet article défend la thèse selon laquelle, de la même façon que les révolutions américaine et française ont représenté la transition du regime monarchique au démocratique, aussi la révolution de la Parailuminismologie indique la transition dans la *Communauté Conscienciologique Cosmoéthique Internationale* (CCCI) de la démocratie vers la conscienciocratie. Toutefois, il apporte aussi des preuves que les intermissivistes présentent encore des traits holobiographi-

ques nosographiques remontant à l'époque de l'Illuminisme – spécialement la modération compromettante – qui peuvent déranger l'implantation de ce système parapolitique plus avancé.

RESUMEN

Este artículo, haciendo uso del método comparativo y de la historiografía del Iluminismo radical y moderado, con respecto a la fundación de los Estados Unidos, en la implementación de la Democracia moderna en el mundo, defiende la siguiente tesis: así como la Revolución Americana y la Revolución Francesa representaron la transición del régimen monárquico parademocrático, la revolución de la Parailuminismología indica la transición en la *Comunidad Concienciológica Cosmoética Internacional* (CCCI), de la Democracia a la concienciocracia. Además, se presentan evidencias de trazos holobiográficos nosográficos en los intermisivistas de la época del Iluminismo – especialmente la moderación comprometedora – pudiendo eso perjudicar la implantación de este régimen parapolítico más avanzado.

ABSTRACT

Using the comparative method and the historiography of the radical and moderate Enlightenment in regards to the foundation of the United States and the implementation of the modern democracy in the world, this article claims that – just as the American and French Revolutions resulted in the regime transition from monarchic to democratic – the revolution brought by the Para-Enlightenmentology indicates that the transition in the *International Cosmoethical Conscientiologial Community* (ICCC) is now from democracy to conscientiocracy. However, this study also detects evidences that intermissivists still present some pathological holobiographical traits from the Enlightenment era – especially a perilous kind of moderation – which may jeopardize the establishment of this more advanced parapolitical regime.

Palavras-chave: 1. Politicologia. 2. Parapoliticologia. 3. Iluminismo Moderado. 4. Iluminismo Radical. 5. Revolução Americana. 6. Revolução Francesa. 7. Democracia. 8. Conscienciocracia.

Mots-clés: 1. Politicologie. 2. Parapoliticologie. 3. Illuminisme modéré. 4. Illuminisme Radical. 5. Révolution Américaine. 6. Révolution Française. 7. Démocratie. 8. Conscienciographie.

Palabras-clave: 1. Politicología. 2. Parapoliticología. 3. Iluminismo Moderado. 4. Iluminismo Radical. 5. Revolución Americana. 6. Revolución Francesa. 7. Democracia. 8. Conscienciocracia.

Key-words: 1. Politicology. 2. Para-politicology. 3. Moderate Enlightenment. 4. Radical Enlightenment. 5. American Revolution. 6. French Revolution. 7. Democracy. 8. Conscientiocracy.

Especialidade. Parapoliticologia.

Spécialité. Parapoliticologie.

Especialidad. Parapoliticología.

Speciality. Parapoliticology.

INTRODUÇÃO

Ainda que não haja consenso entre cientistas sociais em relação ao quanto o Iluminismo na América (pré Estados Unidos) foi um movimento único ou uma continuidade do Europeu, existe nos EUA o *Mito do Excepcionalismo*:¹ o país surgiu a partir de condições excepcionais, especialmente de que foi no chamado Novo Mundo que o Iluminismo teórico pela primeira vez pôde ser colocado em prática na construção de uma nação, e por isso o país possui um destino singular de transformar o mundo.

A Filadélfia do Século XVIII de fato serviu de ponto de encontro a uma geração de intelectuais que cresceu embebida nos princípios racionais e científicos iluministas. Ainda que uma colônia do Império Britânico, tinha certa autonomia e não possuía as arraigadas instituições multiseculares da Europa. Ideais de progresso eram a base de pensamento de muitos Americanos, que já era percebido em vários lugares do mundo, até mesmo na Prússia, onde o déspota esclarecido Frederico o Grande (1712–1786) trocava cartas animadas com o amigo Voltaire (François-Marie Arouet, 1694–1778), sobre o tema.

Porém, qualquer vasto sistema de ideias é composto de diferentes vertentes ideológicas com elementos que se sobrepõem e até se opõem. Grande número de pensadores defendia um processo gradual de progresso sem desestabilizar as estruturas vigentes. Immanuel Kant (1724–1804) ao responder “O que é o Iluminismo” em 1784, escreve que “esta é a época do Iluminismo, ou o século de Frederico [o Grande]” e, de fato, muitos na América apoiavam esse Iluminismo mais *moderado* que via a monarquia e, conseqüentemente a coroa Britânica, como suprema.

A Revolução Americana (1775–1783), que acabou gerando a primeira democracia *moderna* no Mundo, foi resultado de um tipo de Iluminismo mais *radical*, que não via como possível equacionar ideais libertários com sistemas monárquicos hereditários. Já a *Constituição* trouxe traços tipicamente do iluminismo mais moderado, em par com as ideias mais aceitas na época.

É a partir desse conflito e do subcampo político do Iluminismo do final do Século XVIII imediatamente anteriores às Revoluções Americana e Francesa (1789–1799) que esse estudo se insere. Utilizando o método comparativo, e baseado na historiografia do Iluminismo radical e moderado na implantação da democracia moderna, essa pesquisa tem como objetivo encontrar lições que sirvam para a implantação do regime parapolítico da conscienciocracia na *Comunidade Conscienciológica Cosmoética Internacional* (CCCI).

I. ILUMINISMO MODERADO *VERSUS* RADICAL

Antes do Século XVII, o mundo estava inserido em tradições religiosas com debates intelectuais girando em torno de diferenças confessionais. A revolução cartesiana colocou a ciência como foco central, e o método objetivo de verificação

¹ Sugere-se o livro “*American Exceptionalism: A Double-Edged Sword*” (1997) de Seymour Martin Lipset (1922–2006).

como meio de entender o mundo e o homem. Pela primeira vez em séculos, não era Deus quem estava no leme, mas o próprio ser humano.

Logicamente, é possível de se compreender o quanto tal movimento afetou a Igreja. Porém, se os cientistas cartesianos dos Séculos XVI e XVII colocavam em xeque o paradigma religioso, o subsequente Iluminismo dos Séculos XVII e XVIII confrontava outra faceta da mesma moeda: as fontes de autoridade. Portanto, não somente o poder da Igreja estava em perigo – muitos Iluministas defendiam a separação total entre estado e religião – mas também qualquer outro tipo de poder centrado na autoridade hereditária ou de uma única pessoa. Dessa vez, a monarquia e aristocracia também passaram a ser focos de crítica, mas somente parte dos intelectuais da época eram claramente em favor da República.

A perspectiva de um Iluminismo que *não é* monolítico é fundamental. Visto que o movimento tinha bases racionais e científicas, a conclusão mais provável seria de os iluministas serem ateus e seguirem os mesmos princípios. Essa perspectiva está longe da realidade. Muitos eram deístas – acreditavam em um princípio inteligente e organizador do cosmos – e tentaram conciliar o novo paradigma com a crença na criação, na providência divina, na validade da moral cristã, e na imortalidade da alma. John Locke (1632–1704), René Descartes (1596–1650) e Barão de Montesquieu (1689–1755) são exemplos de defensores de ideias religiosas em algum ponto (Sorkin, 2008, p.19).

Religião, contudo, não foi o único ponto de divergência. Jonathan Israel (1946–), especialista em Iluminismo da Universidade de Princeton, mostra a existência de pelo menos duas vertentes que se opunham em como alcançar o progresso: o moderado e o radical. O moderado apoiava o *status quo* e buscava o equilíbrio entre a razão e a tradição. Já o Iluminismo radical se opunha à tradição e postulava a razão como única fonte. Tinha como princípios básicos a “democracia, igualdade racial e sexual, liberdade individual e plena de pensamento, expressão e imprensa (...) e separação total entre Igreja e Estado” (Israel, 2013, p. 7).

Contudo, essa visão pode passar a ideia de o Iluminismo radical ser completamente livre de quaisquer resquícios religiosos. Thomas Paine (1737–1809), pensador britânico-estadunidense e um dos mais radicais iluministas, era também deísta. O que ele era contrário, entretanto, eram as religiões organizadas. Sua obra final, *A Era da Razão* (1794), gerou extrema polêmica e custou a Paine o ostracismo intelectual e social por ter sido considerado erroneamente ateu.

Em termos políticos, por identificar a democracia como a melhor forma de governo, o Iluminismo radical era sim intrinsecamente contrário à monarquia e ao sistema hereditário. Nesse sentido, muitos dos famosos iluministas a exemplo de Adam Smith (1723–1790), Voltaire, Kant, David Hume (1711–1776), Locke e Thomas Hobbes (1588–1679) eram parte da faceta moderada, não necessariamente contrários a mudanças, mas se feitas com cautela sem afetar as instituições multisseculares da época. Voltaire, em carta endereçada à Jean d’Alembert (1717–1783), afirmou que a razão estava chegando à Alemanha e que lá estava sendo abraçado

o tipo certo de Iluminismo, aquele contrário às ideias radicais de Denis Diderot (1713–1784) e Baruch Espinosa (1632–1677) (Israel, 2013, p. 5).

O Iluminismo radical de Paine, Marquês de Condorcet (1743–1794), Honoré de Mirabeau (1749–1791), Jacques-Pierre Brissot (1754–1793) e Mary Wollstonecraft (1759–1797), além dos supracitados, entendiam serem tais instituições intrinsecamente injustas e geradoras de desigualdade em várias esferas, chegando ao ponto de Paine ter afirmado que somente uma revolução geral poderia por fim às condições miseráveis impostas por sistemas monárquicos e hereditários (Paine, 1984, p. 172).

II. ILUMINISMO NA AMÉRICA

O Iluminismo foi sem dúvida um movimento das elites intelectuais. Por mais que tenha alcançando uma multitude de países, não há como negar que foi um debate entre homens (e algumas mulheres) de certa camada social que tinham acesso às universidades, livros e salões culturais.

O mesmo ocorreu na América. Antes da independência, já existiam 17 *colleges*, entre os quais Harvard, Yale, Princeton e William and Mary, onde grande parte dos signatários do documento de independência estudaram. Os chamados *founding fathers* [pais fundadores] eram claramente parte da elite: homens brancos, donos de terra ou proveniente de famílias ricas, vários escravagistas, a maioria ligados às leis, e em contato com a efervescência intelectual Europeia. E talvez justamente por esses motivos, se encontravam em favor do Iluminismo moderado.

Locke, considerado o pai do Liberalismo e do Republicanismo clássico, teve enorme influência entre os *founding fathers*. Apesar de professar a separação entre Igreja e Estado e ter tratado largamente sobre direitos individuais, defendia o governo misto, combinando elementos de democracia, aristocracia e monarquia. Por essa razão, não professava um tipo exclusivo de republicanismo, podendo ter oficiais que não foram eleitos como parte do poder legislativo, o principal poder na visão do filósofo e similar ao poder executivo que temos hoje (*Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016).

A maioria da elite no Novo Mundo era em favor da monarquia inglesa, e via a *Declaração de Direitos* de 1689 como prova da possibilidade em equacionar direitos civis e um parlamento livre com o poder hereditário real. A *Declaração* foi assinada depois da chamada Revolução Gloriosa (1688–1689), onde foi estabelecida a supremacia do parlamento sobre a Coroa. O documento foi sem dúvida inovador, estabelecendo eleições e liberdade de expressão para o parlamento, e alguns direitos humanos básicos contra punições cruéis e não usuais. Porém, a monarquia foi mantida como parte do parlamento, juntamente com a Câmara dos Lordes e dos Comuns (Blackburn, 2015).

John Adams (1735–1826), iluminista e líder dos Congressos Continentais que resultaram nos documentos de Independência e Constituição e segundo Presidente

dos EUA, era totalmente favorável à Declaração de 1689, e considerava aquela a “Constituição” a ser seguida. Por mais de uma vez, Adams escreveu em favor da união entre as Colônias e a Coroa britânica, defendendo a sua hegemonia imperial no mundo (Adams, 1775, p. 37).

De acordo com Israel, a oposição de Adams em relação ao Império Britânico se resumia à questão dos altos impostos cobrados e da falta de representação colonial no Parlamento, e não na independência ou de um governo diferente do já estabelecido na Europa. Adams era “ardente pela já existente ‘constituição’ [a Declaração de Direitos de 1689], um completo tradicionalista e antidemocrata,² abertamente contrário ao radical republicanismo” (2011, p. 446-447).

A verdade é que poucos eram em favor da independência ou de um governo democrático diferente dos estipulados por Locke e já estabelecido pós Revolução Gloriosa. A grande maioria via as instituições inglesas favoravelmente, inclusive Benjamin Franklin (1706–1790), o mais festejado Iluminista Americano. Na década de 1770, Franklin representou as Colônias na Europa e fez o possível para evitar uma ruptura, defendendo um método chamado de “doutrina da tolerância”, que em termos legais significava adiar qualquer ação mais drástica (Israel, 2011, p. 450).

Os únicos que defendiam abertamente os Americanos contra as políticas britânicas e um governo puramente democrático eram considerados dissidentes do Iluminismo Europeu mais aceito. Um desses Radicais era o filósofo Richard Price (1723–1791), defensor de um contrato civil onde o governo é o agente da vontade popular. Diferente, portanto, da ideia de Locke onde o povo deve confiar no governo contanto que este siga o contrato pelo qual sua autoridade derivou (2011, p. 447 e 448).

Essa vertente mais radical e revolucionária Americana era parte de um movimento maior dentro do Iluminismo Europeu, que incluíam além de Diderot e Espinosa, o lexicólogo Pierre Bayle (1647–1706), e o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712–1778). O radicalismo se tornou mais forte no final do século XVIII, quando entendeu que era possível a implantação prática de ideais de liberdade, direitos humanos e democracia, e que o lugar mais propício era justamente a América.

III. A REVOLUÇÃO AMERICANA E O ILUMINISMO RADICAL

Ainda que menos estudada fora dos EUA, a Revolução Americana é um dos mais importantes fenômenos políticos da História. Não somente estabeleceu a primeira democracia representativa no Mundo, como também influenciou várias revoluções, especialmente a Francesa. Os franceses, capitaneados pelo Marquês de Lafayette (1757–1834), lutaram junto às tropas do então General George Washington (1732–1799), mostrando ao Velho Mundo que era possível se construir uma nação do zero. Tal acontecimento precisou de uma série de eventos que tornaram

2 A palavra “antidemocrata” nesse contexto não significa a defesa do autoritarismo, mas sim o de não ser totalmente em favor de governo republicano que exclui instituições monárquicas e aristocráticas.

o terreno fértil para que os princípios libertários do Iluminismo radical embasassem a revolução.

A principal fonte de tensão ocorreu devido à falta de direitos oferecidos pela Coroa. Desde 1760 já existiam sérios problemas de ordem fiscal e representativa que se tornaram agudos ao ponto de chamar a atenção internacional. Ainda que as colônias pagassem altos impostos, não tinham o direito à voz no parlamento do Reino Unido. Hume em 1771, pensava que a união estava fragilizada ao ponto de não poder mais subsistir, e alguns radicais já vinham pensando em independência. Em 1773, até Thomas Jefferson (1743–1826) achava que o Rei e o parlamento vinham agindo de modo tirânico (Israel, 2011, p. 449).

Dois eventos, contudo, confluíram para dar início à revolução e para a generalização do desejo de independência. Em dezembro de 1774 Thomas Paine chegou à Filadélfia vindo de Londres. Estrangeiro, percebeu mais agudamente a contradição de os locais detestarem e sofrerem com as políticas britânicas, mas ainda assim fazerem reverência ao Império. Quatro meses mais tarde, em abril de 1775, o parlamento britânico modificou unilateralmente as regras de escolha dos líderes de Massachusetts. A colônia respondeu formando uma milícia, fato que o parlamento viu como rebelião, mandando tropas para o local e abrindo fogo.

Paine – que inicialmente não defendia uma separação violenta contra os britânicos, mas estarrecido pela notícia – percebeu que não haveria possibilidade de um acordo de paz, e em janeiro de 1776 lançou o panfleto *Senso Comum* que se tornou o *best-seller* do Século XVIII e o livro mais representativo da Revolução Americana. Lido pela maioria dos Americanos, passou por 25 reimpressões na América e somente no primeiro ano cinco reimpressões em Londres. Foi traduzido para o Francês, Alemão, Espanhol e em pouco tempo se tornou amplamente lido na Europa e até na Rússia. Catarina a Grande (1729–1796) diz ter sentido um frio na espinha ao lê-lo (Marrin, 2016, p. 47).

O sucesso de *Senso Comum* é possível de ser entendido por 5 motivos principais, listados em ordem alfabética:

1. **Estilo.** Apresenta estilo politicamente incendiário, quase fervoroso, favorecendo a propagação da ideia, a tal ponto que o panfleto era lido para as tropas que iam para a guerra.

2. **Felicidade.** Trata da busca da felicidade como ponto fundamental de qualquer sistema político, objetivando “um modo de governo que contenha a maior soma de felicidade individual com um mínimo de custo nacional” (Paine, 2012, p. 51).

3. **Formação.** Apresenta linguagem acessível para as massas. Paine não possuía educação superior formal e estava acostumado a debates em *pubs* londrinos ao invés dos salões sofisticados da elite europeia.

4. **Tiranania.** Mostra a monarquia e aristocracia como fontes de despotismo e miséria, corrompidas nas suas fundações. Escreve que se alguém analisasse a cons-

tituição britânica, veria que são “a base restante de duas antigas tiranias, misturadas com alguns elementos republicanos” (Paine, 2012, p. 10).

5. **Universalismo.** Dá um sentido universalista à independência – não como uma necessidade local de separação devido aos problemas ocorridos entre a colônia e o Império – mas porque a monarquia e a aristocracia eram instituições que deveriam ser combatidas universalmente para a obtenção de liberdade, democracia ou direitos.

Alguns meses depois de *Senso Comum*, Jefferson foi comissionado para escrever a *Declaração de Independência*, de 1776. Diferentemente do tom moderado, e claramente influenciado por Paine, a quem tinha admiração, escreveu que a monarquia e parlamento não possuíam qualquer reivindicação sobre as Colônias, e ecoando a tradição deísta e liberal, afirmou:

Nós consideramos essas verdades como auto-evidentes, que todos os homens são criados iguais, que eles são dotados pelo Criador com certos direitos inalienáveis, entre os quais o direito à vida, liberdade e a busca pela felicidade (Declaração de Independência, 1776).

Obviamente havia uma contradição moral entre o que escreveu Jefferson a respeito da igualdade entre os homens e o fato de que chegou a ter mais de 600 escravos ao longo da vida, tratando-os qual propriedades e fazendo-os trabalhar por mais de 16 horas por dia. Hoje sabe-se que foi pai de seis filhos bastardos com a escrava Sally Hemings, e que nunca a libertou enquanto estava vivo (Stanton, 1996).

A questão da abolição da escravidão era um dos pontos principais do Iluminismo radical, que não via possibilidade em equacionar igualdade com escravidão. Paine esperava que o problema fosse resolvido na Constituição dos Estados Unidos. Quando ficou claro que o documento de 1787 não possuía tal cláusula, viajou a Paris para auxiliar na Revolução Francesa que estava prestes a eclodir. Ficou evidente que, pelo final da década de 1780, o Iluminismo revolucionário era muito radical para o gosto estadunidense.

IV. POLITICOLOGIA ILUMINISTA E PARAPOLITICOLOGIA CONSCIENCIOLÓGICA

O Iluminismo de modo geral apareceu em um momento de mudança de paradigma no mundo, quando modelos exauridos incapazes de explicar a realidade foram contestados. O mesmo ocorreu no aspecto Político-lógico. Havia uma crise institucional, e a Igreja, Monarquia e Aristocracia, eram incapazes de resolver os problemas sociais e relativos ao bem comum.

Nesse contexto, a Politicologia Iluminista procurou reformar a fonte de autoridade e poder, passando a soberania das mãos do monarca para o povo. Ideias de liberdade, restrição no poder do Estado, direitos humanos, igualdade perante a lei, tolerância religiosa, livre mercado e progresso formaram o corolário democrático

que se estabeleceu como truísmo a partir da constituição estadunidense que se tornou modelo para o mundo. A Liga das Nações e as Nações Unidas foram fundadas nesses mesmos princípios liberais, buscando estabelecer paz e prosperidade em nível global.

Passados mais de dois séculos, as instituições democráticas capitaneadas pelas revoluções Americana e Francesa encontram-se em crise, com mais de 35 países apresentando regime do tipo híbrido (com características democráticas e autoritárias), e com o nível de democracia global em queda (*The Economist Democracy Index*, 2017). *Até que ponto a Parapoliticologia oferece alternativas para esse panorama?*

Antes de responder essa pergunta, é crucial compreender que a Politicologia (ou Política) estuda prioritariamente fontes e alocações de poder. Tem como ambição pesquisar os melhores modelos de organização política capazes de efetivamente distribuir poder a indivíduos e instituições para resolver problemas coletivos ligados ao bem comum. A democracia, o melhor modelo até hoje, concentra o poder nas mãos do povo, porém na maioria dos casos, de modo representativo.

Já a Parapoliticologia vai muito além da Politicologia. É a ciência aplicada aos estudos técnicos e paratécnicos, pesquisas e parapesquisas teáticas referentes às diretrizes e paradiretrizes, políticas e parapolíticas, regimes e pararregimes, sistemas e parassistemas, organizações sociais e parassociais consonantes ao megaflexo do Cosmos, *visando a distribuição ideal e cosmoética de poder e recursos em favor da evolução* de todo princípio consciencial, consciência ou grupalidade em qualquer localização, âmbito, escopo ou dimensão.³

De modo geral, ainda possui o mesmo objetivo – o de oferecer modelos que sirvam ao bem-comum – porém com foco na evolução de consciências a partir de paradigma cosmoético, multisseriexológico, holossomático, multidimensional. A Parapoliticologia ainda opera com realocação de poder, contudo, não do poder temporal, mas do interassistencial.

Portanto, se a democracia e o modelo republicano-liberal formaram os pilares da revolução Iluminista dentro da área da Politicologia, eu defendo a tese de a *conscienciocracia* e o modelo conscienciocêntrico serem as *chaves Parapolitológicas* da revolução promovida pela Parailuminismologia (Conscienciologia) tendo por finalidade a reurbanização Planetária. Entretanto, a implementação de tais modelos pode ser dificultada por traços intra e interconscienciais ligados ao passado dos intermissivistas, seja em relação ao poder, seja por terem defendido o Iluminismo mais moderado que buscava promover mudanças sem de fato mexer em instituições (para)patológicas multisseculares.

Há tempos a democracia vem sofrendo críticas pelo caráter representativo que de fato não representa a população e dá poder a políticos de carreira ávidos pela continuidade em cargos governamentais. Entretanto, a democracia direta necessariamente não resolve todos os problemas, haja visto o recente referendo que resultou

3 Título e Definologia de Parapoliticologia, aprovada pela ENCYCLOSSAPIENS. Verbete a ser defendido por este autor em breve (Data-base: julho de 2017).

na saída do Reino Unido da União Europeia (Ano-base: 2016). Tal fato demonstra que a democracia, enquanto modelo intrafísico, pode não ser o melhor quando se almeja objetivos mais evoluídos. As escolhas recaem também em eleitores antiuniversalistas ou ignorantes, e as decisões tendem para a média.

Desde o tempo da Grécia antiga, Platão (c. 427–347 a.e.c.) já era preocupado com a questão da imaturidade dos votantes, e propôs que escolhas fossem confiadas a guardiões capazes de tomar decisões isentas. No século XIX, John Stuart Mill (1806–1873) sugeriu dar votos extras a cidadãos com graduações ou trabalhos com alta demanda intelectual (Crain, 2016). Atualmente, dois *scholars* estadunidenses, David Estlund (1958–) e Jason Brennan (1979–), vem pesquisado a *epistocracia*, ou o governo pelos mais sábios. Porém, tal modelo constituiria um conselho de epistocratas e terminaria com o acesso da maioria da população ao voto (Brennan, 2016).

O problema de todo e qualquer regime neste Planeta é que funcionam a partir de uma variação enorme de níveis evolutivos. Consréus transmigráveis também votam e muitas vezes decidem eleições. Contudo, impedir participação política gera ressentimento, revolta ou alienação. O ser humano, é afinal, um animal político.

Diferente da democracia ou ainda da epistocracia, a *conscienciocracia*, de acordo com a proposta deste autor, é o regime *parapolítico* capaz de ser estabelecido quando um grupo passa teaticamente, na média, a ter contato interassistencial concreto com a multidimensionalidade através da *tenepes* e da *projetabilidade lúcida* (entre 30 e 35%). Tal regime torna-se de nível intermediário quando a média geral grupal passa a ser de *epicon lúcido* (35 a 40%), e chega ao ápice quando o grupo alcança a média de *conscienciólogo* (40 a 50%) (Melo, 2013).

Sem entrar em detalhes prematuros, visto que precisa ser estudado com profundidade, a conscienciocracia *inicial* possuiria elementos democráticos e epistocráticos (ou mais precisamente evolucionários). Não suprime a democracia pura e direta, afinal todos precisamos amplificar a consciencialidade (para)política. Mas inclui um colegiado de consciências (em tese) mais evoluídas e escolhidas periodicamente, que analisariam votações a partir de critérios cosmoéticos e evolutivos a fim de perceber se aquelas escolhas são de fato as melhores para todos. O *Colegiado da Conscienciologia*⁴ se assemelha a este colegiado conscienciocrático, até certo grau. Ao final, indicadores multidimensionais serviriam para medir o tanto que as escolhas finais realmente trouxeram resultados melhores sob o ponto da evolução consciencial e grupal. O resultado dessa análise poderia modificar ou não rotas em curso.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Para-historicamente, o momento mais propício parece ser agora. A Cognópolis Foz vem reunindo centenas de consciências, inclusive Iluministas do passado, que já trouxeram contribuições importantes para o desenvolvimento político, social

⁴ Ver Vieira, 2014, páginas 500 a 502.

e cultural do Planeta. Como na América, existe a possibilidade real e factível de se construir um modelo novo que sirva de exemplo em termos paradigmáticos, epistemológicos e parapolíticos.

Aspectos intra e interconscienciais podem, como a história do Iluminismo mostra, obstaculizar tal intento, especialmente estes 4 listados em ordem alfabética:

1. **Elite:** a CCCI reflete as elites do Iluminismo que tem estado no poder ao longo da história ocidental: maioria branca, altamente educada, de classe média ou alta. Tal fato parece inevitável, porém, traz consequências antiuniversalistas quanto à diversidade étnica, socioeconômica e de orientação / identidade sexual. Ademais, ainda que existam mais mulheres e muitas em coordenações importantes, nota-se que o poder *de fato* tende a estar concentrado nas mãos dos homens.

2. **Liberarismo Econômico:** a doutrina de intervenção mínima do Estado em assuntos econômicos de Adam Smith tornou-se padrão a partir da Revolução Francesa e da fundação dos EUA. Hoje, o capitalismo – sistema que comprovadamente agudiza a desigualdade econômica – faz parte da estrutura do sistema internacional, e modelos mais socialistas são subjugados. É interessante notar quão pouca discussão e teorização existe na CCCI sobre modelos econômicos evolutivos que não sigam o estabelecido no mundo, o que talvez dificulte a chegada de muitos intermissivistas.⁵

3. **Mito do Excepcionalismo:** assim como os EUA, a CCCI se beneficia e sofre com este mito. A excepcionalidade vem da ideia de sermos um grupo de intermissivistas com holobiografias importantes e maxiproéxis interassistencial capaz de auxiliar na reurbanização de um Planeta. Pelo lado positivo, força com que sejamos realmente melhores. Contudo, faz com que haja excesso de diferenciação com a sociedade, isolando o grupo e diminuindo a autocrítica grupal.

4. **Moderação Comprometedora:** nem toda moderação é negativa. Porém, se realmente fomos iluministas no passado, a história mostra que muitos ainda defendiam instituições aristocráticas, monárquicas e religiosas. A democracia moderna existe a pouco mais de 200 anos e, em Atenas, era imperfeita e restrita aos homens livres. Ao contrário, a instituição monárquica vem existindo em praticamente todo o mundo por mais de 2 mil anos (excluindo aqui os reinos e organizações tribais antigas), o que a torna infinitamente mais arraigada nas holomemórias dos intermissivistas. Nesse sentido, pode ser mais complicado estabelecer a conscienciocracia se tais cablagens não sejam efetivamente assistidas.

Tais problemas substanciais evidenciam que muitas vezes a CCCI mimetiza a socin patológica sem perceber. Porém o *Curso Intermisso* e paraexcursões a sociexes avançadas auxiliam na erradicação da dicotomia moderado *versus* radical bem como indicam modelos parassociais e parapolitológicos novos a serem buscados e implantados. Quando o objetivo é a instalação das bases cosmoéticas do Estado

5 Uma das raras exceções é o artigo de Marcelo Cover, “Neovaloração Consciencial: Hipótese da Economia Global Cosmoética (2016)”.

Mundial, não há lugar para isolacionismo, fragmentação grupal ou busca pelo poder temporal.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

01. **Brennan**, Jason; *Contra a Democracia* (*Against Democracy*); 304 p.; 9 caps.; alf.; 23 x 15 x 4 cm; br.; *Princeton University Press*; Princeton, NJ; USA; 2016; páginas 6 a 304.
02. **Cover**, Marcelo; *Neovaloração Consciencial: Hipótese da Economia Global Cosmoética*; Artigo; *Estado Mundial: Paradireitologia*; Revista; Anuário; Vol. 1; N. 1; 1 tab.; *Juriscons*; Foz do Iguaçu, PR; Agosto, 2016; páginas 5 a 24.
03. **Estlund**, David; *Why not Epistocracy?*; In: **Reshotko**, Naomi; Org.; *Desire, Identity And Existence: Essays In Honour Of T.M. Penner*; 310 p.; 9 caps.; 1 ilus.; 9 microbiografias; alf.; 15,5 x 24 cm; br.; sob.; *Academic Printing & Publishing*; Melbourne; Austrália; December, 2003; páginas 4 a 310.
04. **Israel**, Jonathan; *A Revolução das Luzes: O Iluminismo Radical e as Origens Intelectuais da Democracia Moderna* (*A Revolution of the Mind: Radical Enlightenment and the Intellectual Origins of Modern Democracy*); 254 p.; coord. Fernanda Godoy Tarcinalli; revisora Beatriz Rodrigues de Lima; 7 caps.; 1 microbiografia; alf.; 24 x 16 cm; br.; *Edipro*; Bauru, SP; 2013; páginas 7 a 119.
05. **Idem**; *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights 1750-1790*; 1.088 p.; 5 partes; 35 caps.; 52 abrevs.; 16 ilus.; alf.; ono.; 15,5 x 24 x 10,5 cm; br.; sob.; *Oxford University Press*; Nova York, NY; February, 2011; páginas 11 a 1.088.
06. **Kant**, Immanuel; *A Paz Perpétua e outros Opúsculos* (*Zum Ewigen Frieden, ein Philosophischer Entwurf, etc.*); trad. Artur Morão; 184 p.; 7 seções; 24 x 16 cm; br.; *Edições 70*; Lisboa; Portugal; Outubro, 2004; páginas 7 a 184.
07. **May**, Henry F.; *The Enlightenment in America*; 420 p.; 4 seções; 17 caps.; alf.; 24 x 16 x 4 cm; br.; 3ª reimp.; *Oxford University Press*; Nova York, NY; 1976; páginas 5 a 420.
08. **Marrin**, Albert; *Thomas Paine: Crusader for Liberty: How One Man's Ideas helped Form a New Nation*; 176 p.; 5 caps.; alf.; 24,5 x 21,5 cm; br.; sob.; *Knopf Books for Young Readers*; Nova York, NY; November, 2014; páginas 7 a 176.
09. **Melo**, Luciano; *Hipótese da Escala Evolutiva dos Regimes Políticos e Parapolíticos*; Artigo; *II Simpósio Internacional de Democracia Direta*; *Juriscons*; Foz do Iguaçu, PR; 12-14.06.2013; 1 tab; Foz do Iguaçu, PR; 2013; páginas 1 a 13.
11. **Paine**, Thomas; *Common Sense*; int. Richard Beeman; 116 p.; 6 caps.; 1 microbiografia; 20 x 12 cm; br.; *Penguin Classics*; Nova York, NY; 2012; páginas 7 a 116.
12. **Idem**; *Rights of Man*; int. Eric Foner; 288 p.; 6 seções; 2 microbiografias; 24 x 16 cm; br.; *Penguin Classics*; Nova York, NY; 1984; página 172.
10. **Seymour**, Martin Lipset; *American Exceptionalism: A Double-Edged Sword*; 352 p.; 4 partes; 8 caps.; 1 microbiografia; 12 tabs.; alf.; 15,5 x 24 x 4 cm; br.; sob.; *W. W. Norton*; Nova York, NY; 1996; páginas 7 a 352.
13. **Sorkin**, David; *The Religious Enlightenment: Protestants, Jews, and Catholics from London to Vienna*; 360 p.; 6 caps.; 12 ilus.; posf.; glos. 57 termos; alf.; 23 x 15 x 4 cm; br.; sob.; *Princeton University Press*; Princeton, NJ; USA; 2008; páginas 5 a 360.

14. **Stanton, Lucia**; *Slavery at Monticello*; pref. Julian Bond; 62 p.; 3 árvores genealógicas; 2 esquemas; 1 microbiografia; alf.; 25,5 x 17,5 cm; br.; *The University of North Carolina Press*; Chapel Hill, NC; USA; 1996; páginas 20 a 22.

15. **The Economist Intelligence Unit**; *Democracy Index 2016: Revenge of the “Deplorables”*; Relatório; 74 p.; 1 escala; 3 gráfs.; 2 mapas; 1 questionário; 10 tabs.; 1 apênd.; 28 x 21,5 cm; br.; *The Economist*; London; UK; 2016; páginas 4 a 6.

16. **Vieira, Waldo**; *Dicionário de Argumentos da Conscienciologia*; revisores: Equipe de Revisores do Holociclo; 1.572 p.; 1 *blog*; 21 *E-mails*; 551 enus.; 1 esquema da evolução consciencial; 18 fotos; glos. 650 termos; 19 *websites*; alf.; 28,5 x 21,5 x 7 cm; enc.; *Associação Internacional Editores*; Foz do Iguaçu, PR; 2014; páginas 500 a 502.

WEBGRAFIA ESPECÍFICA:

1. **Adams, John**; *Novanglus*; Artigo; *American History Website*; Groningen; Holanda; 06.02.1775; disponível em <<http://www.let.rug.nl/usa/presidents/john-adams/novanglus-text-february-6-1775.php>>; acesso em: 17.06.17; 22h42.

2. **Blackburn, Robert**; *Britain's Unwritten Constitution*; Artigo; *British Library*; London; UK; 13.03.15; 4 fotos; 1 microbiografia; disponível em: <<https://www.bl.uk/magna-carta/articles/britains-unwritten-constitution>>; acesso em: 15.06.17; 09h37.

3. **Crain, Caleb**; *The Case against Democracy: If most Voters are Uninformed, who should make Decisions about the Public's Welfare?*; Artigo; *The New Yorker*; Revista online; 1 ilus.; New York, NY; 07.11.16; disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2016/11/07/the-case-against-democracy>>; acesso em: 22.06.17; 01h38.

4. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**; *Locke's Political Philosophy*; Artigo; *Stanford Encyclopedia of Philosophy*; Enciclopédia Eletrônica; Stanford, CA; USA; 09.11.15; disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/locke-political/>>; acesso em: 22.06.17; 11h37.

WEBGRAFIA VERBETOGRÁFICA ESPECÍFICA:

1. **Melo, Luciano**; *Paratransitologia*; verbete; In: **Vieira, Waldo**; Org.; *Enciclopédia da Conscienciologia*; verbete N. 3.471 apresentado no *Tertuliarium / CEAEC*; Foz do Iguaçu, PR; 06.08.15; disponível em: <www.tertuliaconscienciologia.org>; acesso em: 22.07.17; 17h43.